

Gramática de Construções Baseada no Uso

Diogo Oliveira R. Pinheiro¹
Augusto Soares da Silva²
Roberto de Freitas Junior³

Em ciência, modelos são normalmente entendidos como representações simplificadas de um sistema. Em outras palavras, trata-se de um conjunto de elementos e princípios que busca capturar, de forma sistemática, a estrutura e o funcionamento de algum fenômeno empírico complexo, a fim de permitir sua investigação detalhada (BÖRNER *et al.*, 2012). Sob essa ótica, a Gramática de Construções (GC) deve ser entendida como um modelo que busca representar, especificamente, a porção da realidade empírica – isto é, o sistema – a que nos referimos normalmente como *conhecimento linguístico do falante*⁴.

A ideia aqui, portanto, é bastante simples. Dado que o falante inegavelmente dispõe de um conhecimento inconsciente que permite a ele produzir uma quantidade infinita de sentenças bem-formadas (ao mesmo tempo em que o impede de produzir sentenças malformadas), a pergunta que se coloca é: *que elementos compõem esse conhecimento e que princípios o regulam?* De maneira didática, a resposta oferecida pela GC pode ser reduzida a três princípios básicos:

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Letras - Português/Latim pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: diogopinheiro@letras.ufrj.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>.

² Professor de Linguística da Universidade Católica de Portugal. Doutor em Linguística pela Universidade Católica Portuguesa. Mestre em Linguística Portuguesa pela Universidade Católica Portuguesa. Graduado em Humanidades pela Universidade Católica Portuguesa. E-mail: assilva@ucp.pt. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7951-5194>.

³ Professor Adjunto do Setor de Estudos Linguísticos do Departamento de Letras-Libras e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: robertofrei@letras.ufrj.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6237-1040>.

⁴ Da afirmação de que a GC busca modelar o conhecimento linguístico não decorre, necessariamente, a posição de que esse conhecimento deva ser tratado como um sistema independente do uso linguístico concreto. Com efeito, a Gramática de Construções Baseada no Uso, variante da GC contemplada neste volume, enfatiza fortemente a interdependência entre conhecimento e uso (e, mais do que isso, o fato de que aquele emerge a partir deste). Voltaremos a esse ponto adiante.

Princípio 1: a totalidade do conhecimento linguístico do falante pode ser descrita em termos de construções gramaticais (isto é, pareamentos de forma e significado/função).

Princípio 2: as construções são conectadas umas às outras, formando um inventário estruturado.

Princípio 3: as construções podem ser combinadas entre si, a fim de licenciar palavras e sentenças concretas.

O Princípio 1 implica a ideia de que o conhecimento linguístico do falante é um tipo de léxico, isto é, um inventário de unidades armazenadas individualmente. Naturalmente, para que a totalidade do conhecimento do falante possa ser representada nesse formato, é preciso assumir que essas unidades vão muito além de palavras e morfemas. Com efeito, o léxico de construções postulado pela GC – frequentemente referido como *constructicon* (um cruzamento de “*construction*” e “*lexicon*”) – inclui, pelo menos, palavras, padrões morfológicos, esquemas sintáticos semipreenchidos, esquemas sintáticos totalmente abertos e padrões prosódicos. Esse conjunto bastante heterogêneo de tipos de construções, que se diferenciam quanto ao grau de preenchimento interno, é comumente referido (de forma certamente um pouco imprecisa) como um “*continuum* léxico-sintaxe”. Esse *continuum* pode ser visto a seguir:

Tipo de construção	Exemplo
Palavra	<i>árvore</i>
Expressão fixa	<i>bom dia; cada macaco no seu galho</i>
Esquema morfológico	re + base verbal (ex: <i>rearrumar, refazer</i>)
Esquema sintático semipreenchido	que mané X; que X o quê; vê se X (ex: <i>que mané férias; que férias o quê; vê se me esquece</i>)
Esquema sintático aberto	SVO (ex: <i>Pedro cabeceou a bola</i>)
Padrão entoacional	Ascendente

Quadro 1 *Continuum* léxico-sintaxe. Fonte: Adaptado de Pinheiro (2016).

Como mostra o Quadro 1, a GC parte do princípio de que estruturas sintáticas e morfológicas complexas (como SVO e RE + BASE VERBAL, respectivamente) *não precisam ser derivadas*. Em outras palavras, o modelo assume que tais estruturas são, por assim dizer, pré-fabricadas, na medida em que elas não são construídas por meio da aplicação sucessiva de operações derivacionais. É por essa razão que a GC pode ser caracterizada como um modelo *não derivacional* de representação do conhecimento linguístico – o que o coloca em franca oposição, claro, à tradição da linguística gerativa.

O Princípio 2, por seu turno, consiste na ideia de que as construções que compõem o conhecimento linguístico do falante não formam uma lista desestruturada (como poderia sugerir a Figura 1). Em vez disso, assume-se que as construções estão interconectadas, de maneira que o *constructicon* é visto como um inventário estruturado – uma ideia frequentemente captada pela metáfora da *rede*. Embora diferentes versões da GC divirjam em relação a quais são os tipos de conexões presentes nessa rede, todas elas reconhecem, no mínimo, a existência de relações taxonômicas, nas quais construções mais gerais definem *categorias* em relação às quais construções mais específicas funcionam como *membros*. Esse tipo de organização é ilustrado pela Figura 1:

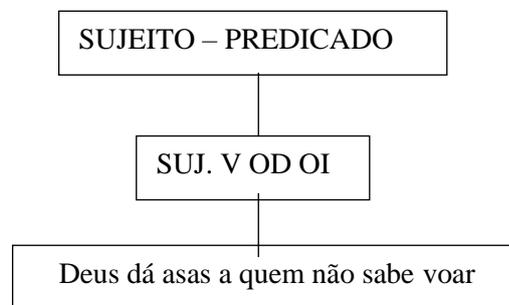


Fig 1 *Continuum* léxico-sintaxe. Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 1 representa três construções gramaticais com graus diferentes de generalidade. Observa-se aqui que a construção mais alta é mais geral que a construção intermediária, dado que aquela licencia qualquer tipo de predicado ao passo que esta requer que o predicado inclua, necessariamente, dois argumentos internos. Da mesma forma, a construção intermediária é mais geral que a construção mais baixa, como se observa (por exemplo) pelo fato de que aquela admite um amplo conjunto de verbos (como “dar”, “doar”, “emprestar”, etc), ao passo que esta inclui obrigatoriamente o verbo “dar”.

A diferença relativa ao grau de generalidade / especificidade permite que as construções sejam representadas em níveis hierárquicos distintos. Nesse sentido, é possível assumir que a construção “Deus dá asas a quem não sabe voar” é um membro da categoria definida pela construção SUJ. V OD OI (assim como, digamos, “Deus dá nozes a quem não tem dentes”), a qual, por seu turno, é um membro da categoria definida pela construção SUJEITO PREDICADO (assim como, digamos, SVO, SV_{inacusativo}, SV_{inergativo}, etc.). Dito de outro modo, assume-se que as construções gramaticais se organizam hierarquicamente, com

construções superordenadas sendo representadas em posições mais altas e construções subordinadas sendo representadas em posições mais baixas.

Por fim, o Princípio 3 é responsável por dar conta da *capacidade criativa* do falante. Afinal, dado que o inventário de construções é necessariamente finito, é preciso postular algum mecanismo que permita gerar um conjunto infinito de sentenças (e de palavras)⁵. Esse mecanismo é referido na literatura por meio de termos como *integração*, *combinação* e *unificação* de construções. Trata-se aqui, muito simplesmente, da ideia de que diferentes construções podem ser combinadas – desde que sejam semântica e formalmente compatíveis – a fim de licenciar sequências particulares. Por exemplo: para dar conta de uma sentença como *Foi o carro vermelho que foi vendido para o João*, é preciso supor a existência de pelo menos três construções sintáticas (semi)esquemáticas: a construção bitransitiva (isto é, o padrão SUJ. V OD OI apresentado na Figura 2), uma construção clivada e uma construção passiva⁶.

Os três princípios definidores da GC estão sintetizados na imagem a seguir.

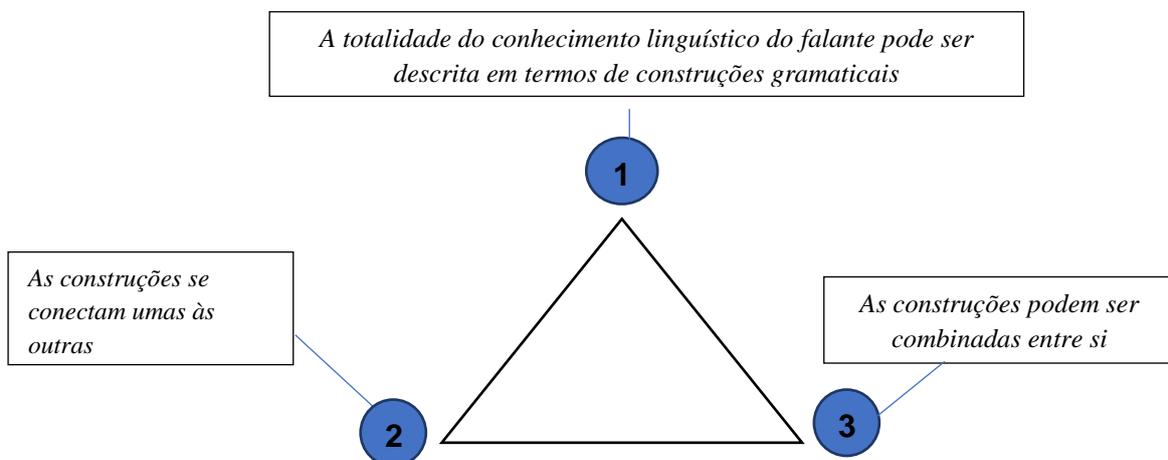


Fig 2 O triângulo da GC. Fonte: Elaboração própria (2023).

⁵ Como se sabe, o problema da *geratividade linguística* foi colocado no centro das preocupações da teoria linguística a partir dos primeiros trabalhos de Noam Chomsky (CHOMSKY, 2002). Hoje, todas as variantes da GC – incluindo aquelas de orientação funcional-cognitiva – dispõem de ferramentas para dar conta dele.

⁶ Esta é uma descrição profundamente simplificada, claro. Afinal, uma análise exaustiva precisaria considerar ainda (e no mínimo) unidades suboracionais – como, digamos, uma construção de Sintagma Nominal – e, naturalmente, cada uma das palavras individuais empregadas na sentença.

Como se observa, o pilar principal do modelo é representado pelo vértice 1: trata-se da ideia de que o conhecimento linguístico é, essencialmente, um repertório de unidades simbólicas, isto é, pareamentos de forma e significado/função (e não, por exemplo, um sistema derivacional alimentado por um léxico, como na tradição gerativa, ou um ranking de restrições, como na Teoria da Otimalidade). Uma vez estabelecida, essa ideia básica é complementada por dois princípios adicionais: o de que essas construções estão interconectadas (isto é, se organizam em rede) e o de que essas construções podem ser combinar combinadas umas às outras (a fim de licenciar sentenças e palavras concretas).

Embora a combinação desses três princípios assegure ao paradigma construcionista algum grau de uniformidade, a verdade é que a GC se fragmentou, ao longo do tempo, em uma miríade de modelos mais ou menos afins (PINHEIRO; FERRARI, 2020; PINHEIRO; ALONSO, 2018; HOFFMANN, 2017; HOFFMANN; TROUSDALE, 2013, parte II; GOLDBERG, 2006, cap. 10; CROFT; CRUSE, 2004, cap. 10). Na parte II do *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (HOFFMANN; TROUSDALE, 2013), por exemplo, são identificadas sete variantes particulares da GC (na ordem: Gramática de Construções de Berkeley, Gramática de Construções Baseada em Signos, Gramática de Construções Fluida, Gramática de Construções Corporificada, Gramática Cognitiva, Gramática de Construções Radical e Gramática de Construções Cognitiva), e mesmo essa lista deixa de fora, no mínimo, o modelo da Arquitetura Paralela (JACKENDOFF, 2013; CULLICOVER; JACKENDOFF, 2005), a Gramática de Construções Diassistêmica (HÖDER, 2012) e abordagens relativamente independentes voltadas especificamente para o componente morfológico, como a Morfologia Construcional (BOOIJ, 2010) e a Morfologia Relacional (JACKENDOFF; AUDRING, 2020).

Para os fins desta apresentação, os detalhes de cada modelo individual não são particularmente relevantes. Por outro lado, é crucial notar que o vasto conjunto de abordagens construcionistas da gramática atualmente disponíveis no mercado teórico se divide em dois grandes grupos: de um lado, abordagens formalistas (às quais Hoffmann (2017) se refere como “baseadas na competência”, ou “*competence-based*”); de outro, abordagens funcional-cognitivas (isto é, baseadas no uso, ou “*usage-based*”). Neste texto, esses dois grupos serão referidos, respectivamente, como Gramática de Construções Formalista e Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU).

Para operacionalizar a distinção entre essas duas vertentes, propomos que se parta de duas perguntas norteadoras, a saber: (i) o modelo em questão admite a existência de construções sem polo do significado (isto é, construções defectivas)? e (ii) o modelo em questão admite a possibilidade de representação construcional redundante? Com efeito, na seara da GC, esses critérios permitem organizar a maioria dos modelos construcionistas em dois grupos perfeitamente disjuntos⁷: aquele caracterizado pelos modelos que “respondem”, respectivamente, “sim” e “não”, e aquele caracterizado pelos modelos que “respondem”, respectivamente, “não” e “sim”. Vejamos:

	Abordagens formalistas	Abordagens funcional-cognitivas
Admite-se a existência de construções sem polo do significado (isto é, construções defectivas)?	SIM	NÃO
Admite-se a possibilidade de representação construcional redundante?	NÃO	SIM

Quadro 2 Comparação entre abordagens formalistas e funcional-cognitivas da GC. Fonte: Elaboração própria (2023).

Ambas as perguntas presentes no Quadro 2 nada mais são do que a encarnação construcionista de algum embate teórico que classicamente antagoniza as tradições formalista e funcionalista em linguística. Assim, a primeira pergunta diz respeito à disputa em torno do caráter *arbitrário ou motivado* da forma gramatical. Aqui, a conhecida aposta formalista na *autonomia/arbitrariedade* da sintaxe se atualiza, na seara da GC, na ideia de que construções gramaticais podem prescindir, em alguns casos, do polo do significado/função. Ao mesmo tempo, e inversamente, a crença funcionalista na *motivação* da forma sintática se atualiza, no paradigma construcionista, na ideia de que todas as construções devam necessariamente incluir informações semântico-pragmáticas pareadas às especificações formais.

Por sua vez, a segunda pergunta diz respeito à disputa em torno da *autonomia* ou *dependência* do conhecimento linguístico subjacente (isto é, da competência) relativamente ao uso concreto (isto é, ao desempenho). Aqui, a aposta formalista na autonomia da gramática dá margem à ideia de que a configuração da rede construcional não deverá ser afetada pela experiência linguística do falante. Crucialmente, isso significa que nenhuma sequência

⁷ Dissemos “a maioria”, e não “todos”, porque existe pelo menos uma exceção: o modelo da Arquitetura Paralela. A esse respeito, ver Hoffmann (2017).

linguística deverá ser representada no *constructicon* de forma redundante, isto é, meramente em função da sua frequência de uso. Ao mesmo tempo, e inversamente, a insistência funcionalista na existência de uma relação bidirecional entre gramática e uso conduz à sugestão de que a alta frequência de ocorrência de sequências composicionais – digamos, “Eu te amo”, “O que houve?” ou “Posso mandar áudio?” – é, em si mesmo, um fator que licencia a postulação dessas sequências como construções gramaticais independentes⁸.

Dessa discussão decorre que o campo das abordagens construcionistas pode, ele próprio, ser capturado por meio de uma organização hierárquica. Assim, em um nível mais geral (isto é, mais abstrato), assume-se a existência de um arquimodelo idealizado, ao qual iremos nos referir simplesmente como Gramática de Construções. Esse arquimodelo se bifurca, então, em duas vertentes mais específicas (mas ainda em alguma medida idealizadas), às quais nos referimos aqui como Gramática de Construções Formalista e Gramática de Construções Baseada no Uso. Por fim, a cada uma dessas vertentes se associam modelos particulares. O diagrama abaixo representa visualmente essa organização, já com a maioria dos modelos mencionados acima devidamente divididos entre as duas grandes vertentes⁹:

⁸ A experiência é, naturalmente, individual. Isso significa que uma dada sequência composicional pode ter alta frequência – e, portanto, ser representada redundantemente (segundo a GCBU) – para um falante mas não para outro. Os exemplos fornecidos acima têm, é claro, finalidade meramente ilustrativa e didática.

⁹ Dentre as variantes mencionadas anteriormente, não estão contempladas na representação (i) aquelas dedicadas exclusivamente ao componente morfológico (Morfologia Construcional e Morfologia Relacional) e (ii) o modelo da Arquitetura Paralela, em função de sua natureza híbrida (ver nota 4 e, principalmente, Hoffmann (2017)).

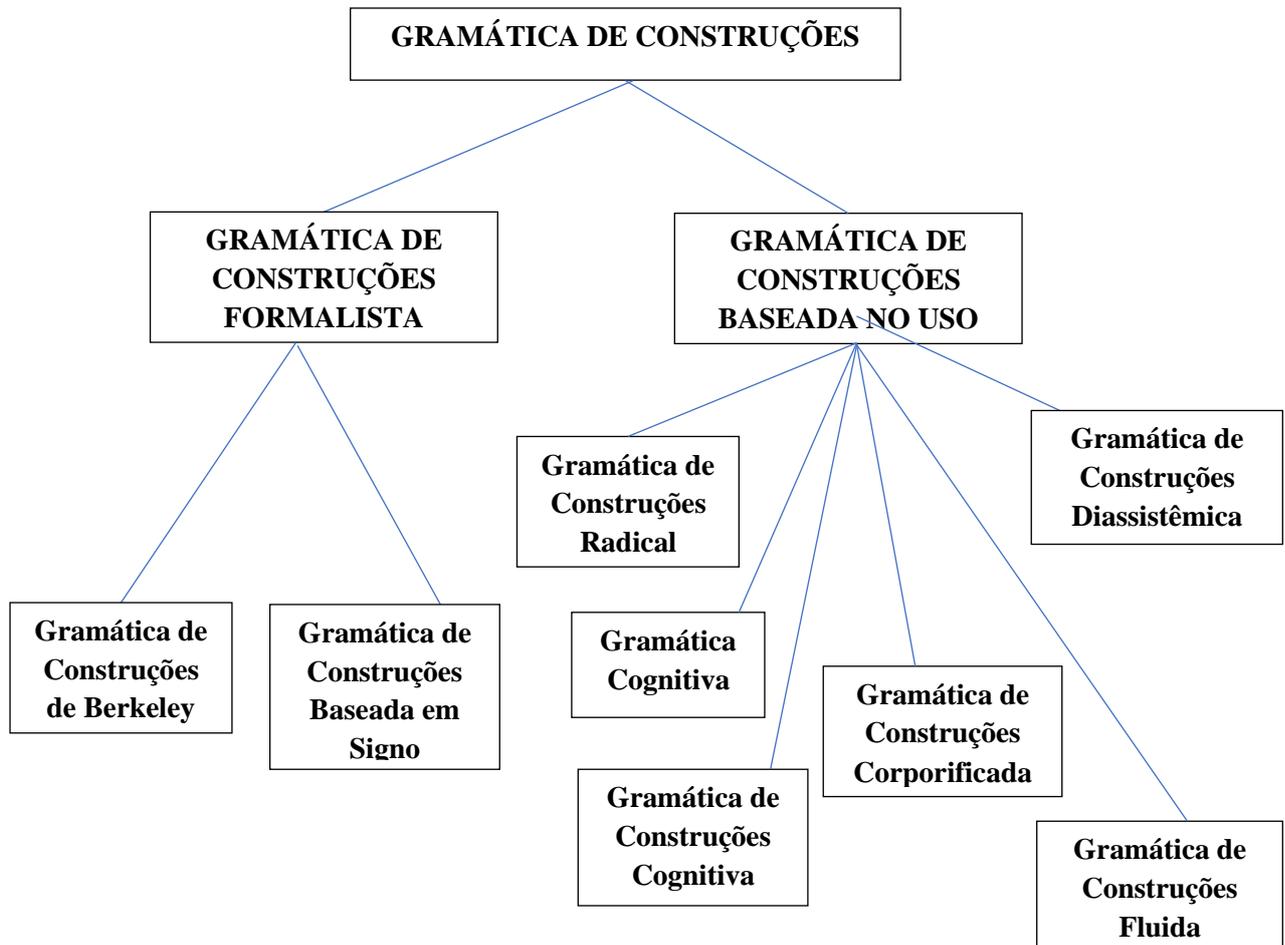


Fig 3 Organização hierárquica do campo construcionista. Fonte: Elaboração própria (2023).

O foco deste volume é, naturalmente, a Gramática de Construções Baseada no Uso – isto é, um modelo teórico localizado em um nível intermediário de generalidade (e, portanto, de abstração). Neste ponto, portanto, é o caso de perguntar: qual é o conjunto de propriedades capaz de (i) irmanar todos os modelos particulares subordinados à GCBU (de acordo com a representação da Figura 3) e (ii) individualizar a GCBU relativamente à Gramática de Construções Formalista?

Podemos começar a responder essa pergunta com a seguinte observação: sendo um modelo subordinado à GC, a GCBU herda, naturalmente, todas as propriedades necessárias desse paradigma. Como vimos, essas propriedades podem ser reduzidas a três princípios básicos (referidos no início deste texto como Princípios 1, 2 e 3). Neste ponto, a fim de simplificar a construção do raciocínio, podemos reunir esses três princípios em uma

formulação única, qual seja: *o conhecimento linguístico do falante pode ser inteiramente descrito em termos de um inventário de construções gramaticais interconectadas (isto é, organizadas em rede) e passíveis de serem combinadas entre si (a fim de licenciar sentenças e palavras concretas)*. Este, portanto, pode ser tomado como o Princípio 1 da GCBU.

Se esse princípio corresponde a uma propriedade necessária, ele não pode ser tomado, é claro, como propriedade suficiente – afinal, ele não é capaz de individualizar a GCBU em relação à variante formalista. Aqui, argumentamos que essa individualização pode ser alcançada por meio da postulação de dois princípios adicionais, quais sejam:

Princípio 2: a estrutura da rede de construções é permanentemente moldada pela experiência linguística do falante.

Princípio 3: o conhecimento linguístico é governado pelos mesmos processos cognitivos operantes na cognição não linguística.

O Princípio 2 captura a ideia, cara à tradição da Linguística Funcional, de que a relação entre competência e desempenho é uma via de mão dupla, de maneira que o uso concreto, ao mesmo tempo em que depende da existência de um conhecimento subjacente, também tem o poder de modificá-lo. Provavelmente, o efeito mais evidente do uso sobre a gramática é o fato de que construções diferentes podem ter graus de *enraizamento* (“*entrenchment*”) distintos – a ideia aqui é a de que construções experienciadas mais frequentemente estarão de alguma maneira mais ativas na mente do falante, e conseqüentemente mais disponíveis para o uso (BYBEE, 2010, 2001). Diversos outros efeitos, no entanto, têm sido documentados na literatura em GCBU. Por exemplo, Diessel (2019), teorizando a partir de resultados empíricos obtidos por Hay (2001), mostra que a frequência de coocorrência desempenha um papel duplo sobre a organização da rede construcional, simultaneamente fortalecendo o *link* entre as partes componentes de uma dada construção e enfraquecendo as relações dessa construção com outros itens presentes no *constructicon*.

De maneira mais geral, esse princípio ecoa a concepção eminentemente funcionalista de gramática como uma entidade *emergente e dinâmica*. O adjetivo “emergente” captura a premissa de que o conhecimento gramatical não apresenta qualquer componente inato – sendo, em vez disso, inteiramente construído pelo falante com base no *input* e em suas

habilidades cognitivas gerais (ver Princípio 3, abaixo). O adjetivo “dinâmico”, por seu turno, traduz a ideia de que esse sistema é permanentemente modificado em função da experiência linguística do falante, exibindo, portanto, uma natureza flexível e algum grau de instabilidade inerente.

O Princípio 3, por fim, traduz a ideia, cara à tradição da Linguística Cognitiva, de que a cognição linguística não opera segundo princípios que lhe sejam exclusivos. Pelo contrário: a aposta aqui é a de que os mesmos processos cognitivos que se mostrarem relevantes para explicar o funcionamento da cognição geral deverão também se revelar importantes – e mesmo suficientes – para dar conta da estrutura da rede construcional. Dada a centralidade das relações taxonômicas para a organização do conhecimento linguístico sob a ótica da GC, um processo cognitivo particularmente relevante é a *esquematização*, que permite a construção de representações progressivamente mais abstratas (isto é, inespecíficas) a partir de elementos relativamente mais concretos (isto é, específicos). Outros processos, porém, também desempenham papel importante. Por exemplo, especificamente na seara da GCBU, diversos autores têm argumentado que, para além das relações verticais que asseguram sua organização taxonômica, redes construcionais também exibem relações horizontais, que capturam similaridades (formais e/ou funcionais) entre construções não relacionadas taxonomicamente (DIESSEL, 2019; PEREK, 2015, 2012). Se tais relações parecem ser uma *propriedade estrutural* relevante para a organização do conhecimento gramatical, o *processo cognitivo geral* que a sustenta é a analogia, entendida como o estabelecimento de correspondências entre domínios distintos.

Em suma, a GCBU é uma variante específica da GC que, para além de aderir aos três princípios comuns a todas as abordagens construcionistas, compromete-se ainda com dois princípios adicionais que lhe são exclusivos (isto é, estão ausentes da GC Formalista). Essa caracterização pode ser representada visualmente como segue:

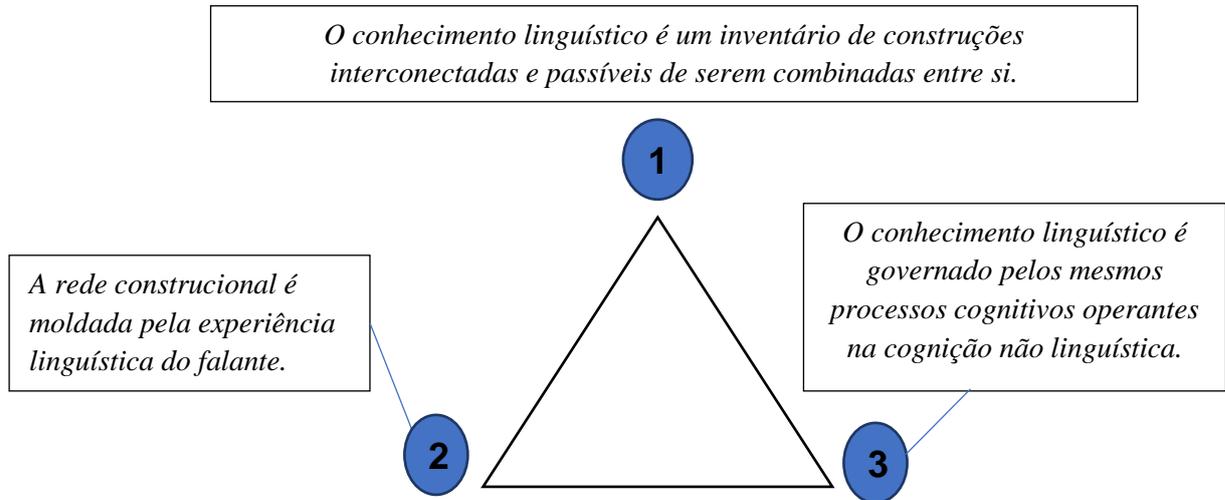


Fig 4 O triângulo da GCBU. Fonte: Elaboração própria (2023).

Os artigos reunidos neste volume são, a nosso ver, um atestado da vitalidade da GCBU no mercado teórico contemporâneo, bem como da adequação dessa abordagem para lidar, de maneira satisfatória, com um conjunto heterogêneo de fenômenos gramaticais. Com efeito, as construções investigadas ao longo do volume exibem uma interessante e bem-vinda variabilidade tanto em relação ao polo da forma quanto no que respeita ao polo do significado/função. No que se refere à forma, é interessante notar que o volume inclui análises de uma construção inteiramente preenchida (o *chunk* “com certeza”), de construções inteiramente abertas (como as “passivas dativas” e a construção de SN) e de diversos padrões localizados no meio de *continuum* (como, por exemplo, o padrão [DAR AA]). No que tange ao significado/função, são mobilizadas, nos diferentes artigos, categorias propriamente semânticas, como *animacidade* e *genericidade*; categorias ligadas à pragmática discursiva, como *foco* e *pressuposição*; a categoria de *face*, que pertence ao domínio da pragmática conversacional¹⁰; e ainda a noção de *significado social*, própria da tradição sociolinguística.

O volume se abre com um conjunto de sete contribuições que focalizam, em perspectiva sincrônica e monolíngue, um conjunto de construções semipreenchidas do português brasileiro. Nesse grupo, o artigo *Fatores estruturais, semânticos e cognitivos do subesquema [DENTRO DE X]*, de autoria de Edvaldo Balduino Bispo, Fernando da Silva Cordeiro e Daniel Ewerthon de Sousa, focaliza um padrão de nível suboracional (um tipo

¹⁰ A distinção entre “pragmática discursiva” e “pragmática conversacional” se deve a Lambrecht (1994).

particular de sintagma preposicionado), ao passo que o estudo intitulado *A Americanas foi de Mesbla, a Netflix vai de Blockbuster e eu quase fui de Olavo de Carvalho: a construção de fim/morte/falência com o padrão <[IR DE N]> no português brasileiro contemporâneo*, de autoria de Natival Almeida Simões Neto e Diego Spader de Souza, propõe uma descrição para uma construção idiomática de nível oracional.

Na sequência, mas ainda no mesmo bloco, dois estudos investigam padrões com significado marcadamente pragmático (e, em particular, associado à estrutura informacional): Diego Leite de Oliveira, em *Desvendando a estrutura informacional de [ATÉ X] em português, em uma perspectiva baseada no uso*, descreve o padrão semipreenchido [ATÉ X] como um elemento disparador de pressuposição, ao passo que Danilo da Silva Santos Brito, em *O status informacional dos referentes de elementos focalizados em construções de foco alternantes*, contrasta, em termos informacionais, três construções QU- especializadas na marcação de foco.

Em seguida, o artigo *A rede gramatical das construções com “se” no português brasileiro*, de Luisa Godoy e Diogo Pinheiro, propõe uma representação construcional unificada para três famílias de construções semipreenchidas: as reflexivas recíprocas, as médias e as impessoais. Enquanto, aqui, as noções relevantes para a análise do polo do significado são essencialmente semânticas (com ênfase sobre os papéis temáticos), os dois artigos seguintes focalizam outros tipos de significado. Em particular, o artigo *[Vai que] e a modalidade: uma análise baseada no uso sobre o domínio condicional*, de Leyla Ely e Maria Maura da Conceição Cezario, lança mão da categoria semântico-pragmática de modalidade e da categoria pragmática de face para dar conta do padrão idiomático com “vai que” (como em “Vai que, com ele, eu dou mais sorte!”). Já o estudo *Prolegômenos sobre “razão pela qual”*, de Hadinei Ribeiro Batista e Maria Cecília Mollica, recorre à ideia de significado social – em particular, à noção de “estilo de fala prestigiado” – para identificar a especificidade de uma construção inovadora encabeçada pela expressão “a razão pela qual” (por exemplo, “A razão pela qual eu estou me dispondo a voltar a ser pré-candidato é porque quero provar outra vez que o Brasil tem jeito”).

Essa sequência de sete artigos compõe o cerne deste volume: trata-se de estudos descritivos que, conforme já ficou dito, mapeiam e descrevem, em perspectiva sincrônica, um conjunto heterogêneo de construções gramaticais de uma única língua (o português) e, mais

do que isso, de uma única variedade dessa língua (a brasileira). Após o fim dessa sequência, o volume é complementado por três estudos que se distanciam, em relação a algum aspecto, do tipo de abordagem que caracteriza os artigos iniciais.

Nessa linha, o artigo *Exploring the productivity and systematicity of Recipient passives in Mozambican Portuguese*, de Alice Mevis e Augusto Soares da Silva, é o único a se ocupar de uma variedade não brasileira do português – especificamente, neste caso, a variedade moçambicana. Ao se debruçar, em particular, sobre o fenômeno das “passivas dativas” (por exemplo, “Os tais 20.000 fomos dados pela Embaixada de Portugal”), construção ausente das variedades europeia e brasileira do português, o estudo contribui ainda para avançar a discussão sobre a natureza pluricêntrica dessa língua.

Por sua vez, o artigo “*Deu certo, com certeza*”: análise diacrônica das construções [DAR AA] e [com certeza] no português, de autoria de Raissa Romeiro Cumán, Gabriela Silva Ribeiro, Ester Moraes Gonçalves e Karen Sampaio Alonso, é o único a desenvolver, como sugere o título, uma análise de natureza diacrônica, dando bastante ênfase aos detalhes da organização das construções investigadas – o padrão semiesquemático [DAR AA] e o *chunk* “com certeza” – na rede construcional, aí incluídas suas complexas relações com outros padrões semanticamente/funcionalmente semelhantes.

Por fim, o artigo *Construções nominais no repertório multilíngue de aprendizes de PBL2: indícios de representações diassistêmicas*, de João Paulo da Silva Nascimento, Roberto de Freitas Jr. e Lia Abrantes Antunes Soares, é o único a tratar do tema do multilinguismo. Nesse estudo, os autores se debruçam sobre a escrita de aprendizes anglófonos do português, com foco sobre a construção nominal [(ESP) N (X)] (por exemplo, “(a) linguagem (humana)”) e à luz da Gramática de Construções Diassistêmica (GCD). Dessa maneira, eles contribuem para a difusão da GCD como modelo derivado da GCBU e com seu tratamento próprio do *constructicon* multilíngue, bem como oferecem resultados com forte potencial de aplicação pedagógica.

Referências

BOOIJ, G. *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BÖRNER, K. *et al.* An introduction to modeling science: Basic model types, key definitions, and a general framework for the comparison of process models. *In: SCHARNHORST, A.; BÖRNER, K.; BESSELAAR, P. (ed.). Models of science dynamics: Encounters between complexity theory and information sciences*. New York: Springer, 2012. p. 3-22.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002. Originalmente publicado em 1957.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CULLICOVER, P.; JACKENDOFF, R. *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DIESSEL, H. *The Grammar Network: How language structure is shaped by language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HAY, J. Lexical frequency in morphology: Is everything relative? *Linguistics*, [s. l.], v. 39, n. 6, p. 1041-1070, 2001.

HÖDER, S. Multilingual constructions: a diasystematic approach to common structures. *In: BRAUNMÜLLER, K.; GABRIEL, C. (ed.). Multilingual individuals and multilingual societies (Hamburg Studies on Multilingualism 13)*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2012. p. 241-258.

HOFFMANN, T. Construction Grammars. *In: DANCYGIER, B. (Ed.). The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2017. p. 284-309.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

JACKENDOFF, R. Constructions in the Parallel Architecture. *In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Relational Morphology: A cousin of Construction Grammar. *Frontiers in Psychology*, [s. l.], v. 11, 2020. Não paginado.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: Topic, focus, and the mental representation of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PEREK, F. Alternation-based generalizations are stored in the mental grammar: Evidence from a sorting task experiment. *Cognitive Linguistics*, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 601-635, 2012.

PEREK, F. *Argument structure in Usage-Based Construction Grammar: Experimental and corpus-based perspectives*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2015.

PINHEIRO, D. Um modelo gramatical para a linguística funcional-cognitiva: da Gramática de Construções para a Gramática de Construções Baseada no Uso. In: ALVARO, P. T.; FERRARI, L. (org.). *Linguística Cognitiva: dos bastidores da cognição à linguagem*. Campos: Brasil Multicultural, 2016. p. 20-40.

PINHEIRO, D.; ALONSO, K. 30 anos (ou mais) de Gramática de Construções: primeiros apontamentos para uma história do movimento construcionista (ou: 1988: o ano que não terminou). *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 6-29, 2018.

PINHEIRO, D.; FERRARI, L. Linguística Funcional, Linguística Cognitiva e Gramática de Construções: mapeando o campo das abordagens cognitivo-funcionais. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 16, n. Esp, p. 495-621, 2020.